CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 1502/89 - Proc. Doc. 8996/89

INTERESSADA : MANOR DIB JOÃO (EXTERNATO "IBIRAPUERA"- CAPITAL)

ASSUNTO : Autorização em caráter excepcional para que a interessada permaneça no exercício da função de Diretor - Convalidação dos atos praticados.

RELATOR : Consº CLEITON DZ OLIVEIRA

PARECER CEE Nº 311 /90 APROVADO EM 11/04/1990.

Conselho Pleno

1 - HISTÓRICO:

Manor Dib João, mantenedora do Externato "Ibirapuera", Unidades I e II, localizadas na Rua Afonso de Freitas nº 280 e Rua Cubatão nº 48, Capital, vem, pelo presente, respeitosamente, expor e requerer o seguinte:

- a escola mantém em funcionamento, cursos de Pré-Escola e de 1º grau (da 1ª a 8ª série);

- vem exercendo a função de Diretora, desde 1966;

- é professora normalista, tendo cursado também a Escola de Sociologia e Política de São Paulo;

- matriculou-se em Faculdade para cursar Pedagogia mas, por motivos familiares, não chegou a concluir o curso;

- a requerente não preenche os requisitos legais para exercer a função de diretor de escola;

Solicita autorização para permanecer em exercício, em caráter excepcional, até concluir seu Curso de Pedagogia e, também, a convalidação dos atos escolares que praticou, desde 1966 até a presente data.

A supervisão de ensino, em visita ao "Externato Ibirapuera" constatando que a diretora e proprietária da Escola não possuía licenciatura em Pedagogia e Habilitação em Administração Escolar, não obstante dirigir as unidades I e II, desde a sua fundação, convocou-a para comparecer à sede da 13ª D.E., sugerindo que a mesma encaminhasse consulta a este Colegiado, acompanhada de pedido de convalidação dos atos praticados.

A Escola foi autorizada a funcionar em 23 de agosto de 1950, teve seu P.G.E. aprovado em 12.01.74 e o Regimento Escolar em 19.08.81, quando foi autorizado o funcionamento da Unidade II, na Rua Cubatão nº 48.

A Diretora Manor Dib João, juntou apenas seu Registro de Professor Particular, para o antigo Ensino Primário Fundamental e Pre

paratórios. Alega ter cursado a Escola de Sociologia e Política de São Paulo e se matriculado "em Faculdade de Pedagogia", sem, no entanto, juntar qualquer comprovante.

Em seu parecer conclusivo, o Sr. Supervisor de Ensino esclarece que:

- do ponto de vista administrativo e pedagógico, não se registra nada que contra indique o exercício da Diretora;

- no entanto, a interessada não possui a habilitação profissional para exercer tal função;

- em recente decisão, o Conselho Estadual pronunciou-se favoravelmente, em caráter excepcional, assemelhado, no âmbito da mesma D.E.;

- os alunos não podem ser prejudicados por atos praticados pela Escola.

A Sra. Delegada de Ensino é contrária ao atendimento ao pedido de autorização, em caráter excepcional, para o exercício da direção, pois existe uma grande oferta de profissionais habilitados. Por outro lado, a interessada, em todos esses anos, não se preocupou em atender normas legais, no que tange ao preenchimento dos requisitos exigidos para a função. É favorável, contudo, ao pedido de convalidação dos atos escolares por ela praticados, desde 1966 até a presente data.

2 - APRECIÇÃO:

A requerente, Manor Dib João, faz duas solicitações a este Conselho: 1ª - autorização, em caráter excepcional, para permanecer em exercício como Diretora do Externato "Ibirapuera", Unidades I e II; 2ª - convalidação dos atos praticados como Diretora da Instituição desde 1966.

- Quanto a primeira solicitação - autorização para permanecer no exercício da direção - temos algumas considerações a fazer:

- O art. 30 da Lei 5540/68 estabelece que a formação de especialistas destinados à administração, no âmbito das escolas e sistemas escolares, será em nível superior.

- os artigos 1º e 3º da Resolução CEE nº 2/69 fixam que a formação se dará no curso de Pedagogia, na hab. em Administração Escolar;

- o Parecer C.F.E. 1076/73, da Consª Edília Coelho Garcia, examinando a situação de diretores de escola que não possuíam, na época, a formação legalmente exigida, autorizou-os, precariamente, a continuarem no exercício, estabelecendo prazos de 3 anos (para os que dirigiam escolas de 1º grau) e 5 anos (para os que dirigiam escolas de 2º grau) a fim de que os mesmos completassem sua formação;

- este Conselho tem examinado pedidos desta natureza, tendo autorizado, excepcionalmente, aqueles que prestaram concurso público

para a direção de escolas estaduais, em período em que não havia essa exigência legal. No caso em tela, verifica-se que a requerente não tem a formação legalmente exigida. A mesma, nestes anos todos, não podendo desconhecer a legislação, não frequentou o Curso de Pedagogia, embora, na Capital, a oferta do mesmo seja facilitada, uma vez que há várias instituições, que em diferentes horários, desde há muitos anos, concofem para a formação deste profissional. Há que se considerar ainda que a autorização precária solicitada não se justifica, uma vez que não há falta de profissionais, legalmente habilitados, para exercer a direção de escolas.

Diante das oportunidades oferecidas para a interessada legalmente se habilitar e, considerando, ainda, a existência de pessoas habilitadas para exercer a função, este Conselho não teria outras razões para acolher o solicitado. Considerando, porém, que o ano letivo já está em curso seria recomendável que, a título-precário, a interessada fosse autorizada, excepcionalmente, a exercer a direção da instituição durante o ano de 1990.

- Quanto à segunda solicitação - convalidação dos atos praticados pela requerente, na instituição, desde 1966 - entendemos que devemos acolhê-la, uma vez que os alunos, que durante estes anos todos estudaram nesta Escola, não devem ser prejudicados. Este Conselho, em situações semelhantes, assim tem se pronunciado.

É de se lamentar que, durante este tempo todo, os responsáveis pela inspeção e supervisão não tenham anteriormente verificado tal irregularidade.

3 - CONCLUSÃO

1. Autoriza-se MANOR DIB JOÃO, a exercer, em caráter excepcional, a direção do Externato "Ibirapuera" - Unidade I e II, até o final do ano letivo de 1990.

2. Convalidam-se os atos praticados pela requerente na direção da instituição.

São Paulo, 21 de fevereiro de 1990.

a) Consº CLEITON DE OLIVEIRA
RELATOR

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por maioria, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Foram votos vencidos os Conselheiros: João Cardoso Palma Filho, Domingas Maria do Carmo Rodrigues Primiano, Yugo Okida e Sérgio Ant3nio Pereira Leite Salles Arcuri.

Sala "Carlos Pasquale", em 11 de abril de 1990.

a) Consº Francisco Aparecido Cordão
Presidente